

1 Ata da Reunião Extraordinária da Plenária do Comitê de Bacia Hidrográfica Lagos São  
2 João – CBHLSJ. Ao décimo sétimo dia do mês de abril do ano de dois mil e vinte, às  
3 dez horas, iniciou-se a reunião via videoconferência, tendo como pauta os seguintes  
4 assuntos: **1 – Apresentação da situação financeira do CILSJ em virtude da falta de**  
5 **repasso do INEA; 2 – Aprovação da liberação de recursos de projetos, em caráter**  
6 **emergencial e temporário, para o custeio (haverá devolução após o repasse); 3-**  
7 **Aprovação das resoluções CT Pesca e auxílio à pesquisa para análise de pescado da**  
8 **Lagoa de Araruama; 4- Assuntos gerais.** Onde compareceram os seguintes  
9 representantes, conforme comprovação de presença: Sra. Letícia Hitomi Nogami  
10 (FIPERJ); Sra. Ana Paula Rodrigues de Souza (P.M.A.); Sra. Daiana Paula da Silva  
11 Cabral (P.M.S.P.A.); Sr. Luiz Carlos Teixeira Junior (P.M.C.F.); Sr. Pedro Paulo  
12 (Associação Raízes); Sr. Arnaldo Villa Nova (Associação Viva Lagoa); Sra. Ana Maria  
13 Fernandes Muniz Vicente Jardim (Associação Viva Lagoa); Sra. Edna Ferreira  
14 Calheiros Saraiva (AMEAS); Sra. Dalva Rosa Mansur (IPEDS); Sra. Sandra Bárbara de  
15 Souza (IPEDS); Sr. Manildo Marcião de Oliveira (IFF-CF); Sr. Eduardo Gomes  
16 Pimenta (UVA); Sra. Margoth Silvana da Silva Cardoso (OAB – Iguaba Grande); Sra.  
17 Amanda Mendes Bulhões Barbosa (PROLAGOS); Sr. Francisco da Rocha Guimarães  
18 Neto (APAAPP); Sr. Leandro Coutinho Mattos (Colônia de Pescadores Z-29 Iguaba  
19 Grande); Sr. André Luis Costa Moreira (Instituto Lagrange); Sr. Nelson Ferreira da  
20 Costa (ITOGRASS); Sra. Kátia Regina Martins de Souza Lima (MOMIG); Sra.  
21 Sulamita Rangel de Oliveira (Associação Observação de Cabo Frio); Sra. Roberta Cruz  
22 da Silva (Associação Observação de Cabo Frio); Sr. Luís Fernando Faulstich (CILSJ);  
23 Sra. Cláudia Magalhães (CILSJ); Sra. Adriana Saad (CILSJ); Sra. Jéssica Berbat  
24 (CILSJ); Sr. Sérgio Kunio Yamagata (FIRJAN); Sra. Débora Gonzaga (PMSJ); Sr.  
25 Márcio Almeida (OAB – Iguaba Grande); Sr. Emídio Fernandes de Souza (Associação  
26 Raízes); Roberto Noronha. Os Membros Mário Flávio (Prefeitura de Cabo Frio);  
27 Nathália Bragança (Consecionária Aguas de Juturnaíba); Gilton de Luna (STTRCF)  
28 justificaram sua ausência. O Sr. Leandro Coutinho iniciou a reunião agradecendo a  
29 presença de todos e elucidando que, devido à pandemia de Coronavírus (Covid-19), se  
30 fez necessário o uso da videoconferência para a realização de reuniões. Comentou a  
31 atual situação emergencial que a Delegatária se encontra, e informou que outros CBHs  
32 estão também utilizando reuniões por meio de videoconferência. Solicitou a retirada do  
33 terceiro ponto de pauta, que trata das resoluções da CT Pesca e o auxílio à pesquisa para  
34 análise do pescado da Lagoa de Araruama, informando que a solicitação partiu de uma  
35 decisão da reunião de Diretoria Colegiada. Então, colocou a retirada do ponto de pauta  
36 para votação, solicitando que quem tivesse alguma manifestação contrária informasse  
37 pelo *chat*. Perguntou a opinião do Sr. Eduardo Pimenta, que concordou com a proposta  
38 do uso do *chat* para evitar excesso de barulho no uso do microfone. A Sra. Margoth  
39 Cardoso questionou qual a situação da resolução que trata sobre a embarcação para a  
40 fiscalização. O Sr. Leandro Coutinho explicou que, inicialmente, o objetivo seria a  
41 construção dos barcos, porém a licitação de deserta, então a CT Pesca decidiu realizar  
42 sua compra e que, para isso, foi necessário alterar esta resolução anteriormente  
43 aprovada. Sem manifestação contrária dos membros participantes, o terceiro ponto de  
44 pauta foi retirado. O Sr. Francisco Guimarães solicitou que a decisão fosse realizada o  
45 quanto antes, pois o recurso já foi aprovado há muito tempo e é de extrema importância,  
46 solicitando que já se deixasse uma data prévia marcada. O Sr. Eduardo Pimenta  
47 requisitou que entrasse na pauta da próxima Plenária o convite para contribuição do  
48 CBHLSJ, na revisão do marco regulatório da legislação da pesca de camarões em águas

49 de interior e águas costeiras. Comunicou que o convite já foi levado à Diretoria e que  
50 foi decidido que não entraria na pauta desta reunião. A Sra. Adriana Saad informou que  
51 a previsão é que a próxima reunião de plenária seja realizada no dia 11 de maio de 2020,  
52 sem oposição dos membros presentes. O Sr. Arnaldo Villa Nova informou estar  
53 preocupado com o recurso para realização desses projetos citados nas resoluções,  
54 devido à crise econômica atual, cujos recursos estão sendo arrestados e bloqueados  
55 gradativamente pelo Estado. O Sr. Leandro Coutinho respondeu que o recurso para  
56 execução desses projetos já estão reservados desde o ano passado. A Sra. Adriana Saad  
57 informou que o CILSJ continua realizando seu trabalho e que o setor administrativo está  
58 trabalhando no escritório e os técnicos em *home office*, dando andamento aos projetos e  
59 as contratações com os recursos que estão em conta. Também explicitou que, além das  
60 duas resoluções, existem outros assuntos a serem tratados, por isso a proposta de  
61 realização de outra reunião dia 11 de maio de 2020. Destacou que o recurso que não  
62 está sendo repassado pelo INEA é referente ao ano de 2020. A Sra. Ana Maria Jardim  
63 questionou se, mesmo sem o repasse, será possível sustentar esse ano e se os processos  
64 ficarão parados até a aprovação das resoluções. A Sra. Adriana Saad informou que se  
65 trata do assunto que será discutido no próximo ponto de pauta e que o processo do barco  
66 está em andamento, não está parado esperando a aprovação, está sendo realizada a  
67 cotação de preços. O Sr. Leandro Coutinho pediu para que fosse aberta a resolução que  
68 trata da aprovação da realização de reuniões *online*, devido ao cenário atual de  
69 pandemia. O Sr. Luís Faulstich enviou o teor da resolução pelo *chat*. A Sra. Margoth  
70 Cardoso questionou sobre a publicidade das reuniões, tendo em vista que todos  
71 deveriam poder assistir as reuniões do Comitê, quando houver interesse, de forma a não  
72 ter problemas futuros com transparência. O Sr. Leandro Coutinho esclareceu que o  
73 assunto já foi anteriormente discutido no Fórum de Comitê de Bacias, e internamente  
74 debatido com o Sr. Emídio Fernandes e que há respaldo jurídico para aprovação da  
75 resolução da maneira apresentada. A Sra. Adriana Saad complementou que há limite de  
76 convidados nas reuniões *online* de cerca de 100 pessoas, e que o *link* está sendo  
77 enviados apenas para os representantes titular e suplente das instituições, ou  
78 convidados. Elucidou que não há impedimentos para que as instituições convidem  
79 pessoas pra assistir, mas não há viabilidade para deixar o *link* aberto para o acesso geral,  
80 pois poderia ocasionar problemas para o acesso dos membros. O Sr. Francisco  
81 Guimarães concordou com a colocação da Sra. Margoth Cardoso e reiterou a  
82 importância da participação social nas decisões e discussões do Comitê. Sugeriu, então,  
83 a utilização do modelo de “sala de convidados”, conforme utilizado pela FIOCRUZ,  
84 possibilitando a participação popular. O Sr. Leandro Coutinho agradeceu a colocação da  
85 Sra. Margoth Cardoso e do Sr. Francisco Guimarães, que será analisado como fazer pra  
86 permitir que as pessoas não membras participem democraticamente de forma a não  
87 comprometer a dinâmica nas reuniões por videoconferência. Sem oposição a resolução  
88 sobre reuniões *online* foi aprovada pelos Membros participantes. Seguindo com os  
89 assuntos da reunião, o Sr. Leandro Coutinho situou sobre a situação atual da delegatária,  
90 sem o repasse de recursos para custeio do CILSJ desde o ano de 2019 e que em abril  
91 “zerou” o caixa, o que arrisca parar todos os projetos e ações tocadas pelo CILSJ. Desta  
92 forma, considerou-se como solução a utilização da resolução CERHI nº 153/2016, que  
93 possibilita a aplicação de recursos de projetos pra custeio da delegatária e que o recurso  
94 é devolvido ao projeto quando a delegatária receber o repasse do INEA. O Sr. Eduardo  
95 Pimenta acrescentou que a falta de recursos poderia ocasionar não somente paralização  
96 dos projetos, mas também o fechamento do consórcio. O Sr. Leandro Coutinho destacou

97 que a Sra. Adriana Saad está incessantemente solicitando a liberação do recurso,  
98 fazendo contato e reforçando junto ao INEA a necessidade desse repasse. Informou que  
99 o valor que a delegatária precisa pra manter por seis meses seus pagamentos é de R\$  
100 465.449,03 (quatrocentos e sessenta e cinco mil e quatrocentos e quarenta e nove reais e  
101 três centavos) e que a resolução já foi utilizada em outras situações e com outros  
102 comitês. Salientou que há respaldo jurídico e do Conselho Estadual, sendo essa a única  
103 saída encontrada pra não fechar as portas da delegatária. Solicitou que o Sr. Eduardo  
104 Pimenta e a Sra. Adriana Saad reforçassem o esclarecimento da situação. O Sr. Eduardo  
105 Pimenta explicou que a aplicação da resolução CERHI nº 153/2016 estaria diretamente  
106 relacionado a uma sobrevida do Consórcio, evitando demissões, e que há respaldo legal  
107 e precedente de outros comitês terem utilizado essa resolução. Também reiterou que  
108 seguramente, com a regularização do repasse, o valor será devolvido às suas devidas  
109 rubricas. A Sra. Adriana Saad explicou sucintamente a situação. Elucidou que em 2019  
110 o INEA notificou o Consórcio, pois havia encontrado problemas administrativos com  
111 processos de 2012 do CBH Macaé, que não se tratou de problemas de dolo, apenas falta  
112 de assinaturas, carimbos e semelhantes. À época, o setor jurídico fez a defesa e a  
113 procuradoria do INEA a acatou. Seu setor técnico e a auditoria aprovaram a  
114 continuidade do trabalho através da assinatura do Termo Aditivo entregue na última  
115 plenária, com pagamento de multa contratual de 1% devido aos problemas de 2012.  
116 Informou que o próprio INEA reconheceu a problemática de auditar um processo de  
117 2012 em 2018, dando parecer apenas em 2019. Considerando que o Consórcio  
118 encontra-se com seus trâmites seguindo os processos corretos, ocorreu essa renovação  
119 do contrato. Em dezembro de 2019, houve mudança da presidência, o qual preferiu  
120 consultar o Tribunal de Contas, visando evitar problemas futuros. Essa consulta acabou  
121 por segurar os repasses desde o final de 2019. Com a pandemia de COVID-19 no Brasil,  
122 foi decretado o Estado de Calamidade, que atrasou ainda mais os repasses não somente  
123 para o Consórcio, mas também para todos os Comitês do Estado do RJ. Entretanto,  
124 outra Entidade Delegatária atuante no Estado, a AGEVAP, possui mais recursos  
125 disponíveis, por atuar com a CEIVAP, que é um Comitê Federal, não estando ainda em  
126 estado emergencial. A Sra. Adriana Saad explicitou que, já em março deste ano, o  
127 Consórcio não teve recursos para o pagamento de algumas de suas contas, como  
128 impostos e assessorias. Complementou que a resolução do CERHI nº 153/2016 foi na  
129 época dos arrestos, criada como saída para evitar o fechamento das Delegatárias no  
130 Estado. Reiterou que o recurso deverá ser devolvido a sua devida rubrica, quando  
131 ocorrer o repasse do INEA. Ressaltou que, sem o recurso, o Consórcio teria que demitir  
132 seus funcionários e entrar com uma liminar junto ao INEA para utilizar os recursos para  
133 o pagamento das demissões, devolvendo o restante ao INEA, que voltaria a ser  
134 delegatária do Comitê, como ocorrido em 2014. Explicou que a apresentação enviada  
135 como anexo da convocação foi apresentada ao Presidente do INEA e ao Secretário de  
136 Meio Ambiente, mostrando os investimentos do Comitê por município e as  
137 consequências de segurar recursos. Nesse dia, o Presidente informou que não pretende  
138 romper contrato e o INEA deu uma perspectiva que em cerca de três meses a situação  
139 esteja normalizada. O Sr. Emídio Fernandes questionou qual será a fonte do recurso pra  
140 pagamento da multa, se poderia interferir os projetos do Comitê Lagos São João. A Sra.  
141 Adriana Saad informou que a multa será custeada pelo Consórcio, que as prefeituras  
142 deram parecer favorável, que pagariam suas cotas ao Consórcio para que o mesmo  
143 utilizasse esse recurso para pagar essa multa. Destacou, então, que o problema foi  
144 apenas com o Comitê Macaé, mas que como o CNPJ é referente à delegatária que

145 atende a ambos os comitês, afetou também o recurso do CBHLSJ. O Sr. Leandro  
146 Coutinho questionou se alguém tem mais alguma dúvida. A Sra. Margoth Cardoso  
147 informou ser a favor da aprovação da resolução, pois não pode parar as atividades.  
148 Abordando-se o ponto de pauta que trata da resolução para liberação de recursos de  
149 projetos, em caráter emergencial e temporário, para o custeio, o qual haverá devolução  
150 após o repasse. O Sr. Emídio Fernandes disse que ao verificar os documentos enviados,  
151 teve dúvidas com a tabela em Excel que seria anexada a resolução, em sua quarta aba  
152 “executar”, que não cita o Contrato de Gestão, que é contemplado no parágrafo segundo  
153 da resolução CERHI 153, que diz que “O valor a ser utilizado deverá respeitar o  
154 programa de trabalho constante no respectivo contrato de gestão”. A Sra. Adriana Saad  
155 explicou que na primeira aba da planilha apresentam-se os valores que estão no  
156 Contrato de Gestão, referentes à solicitação para custeio anual da delegatária. Explicitou  
157 que na planilha enviada, só houve redução nas rubricas referentes a passagens aéreas,  
158 combustíveis e semelhantes, tendo em vista que, neste período de pandemia do COVID-  
159 19, não serão realizadas tantas viagens. Explicitou ainda que os valores da tabela são os  
160 reais a serem utilizados, não sendo o valor igual ao do Contrato de Gestão, à medida  
161 que houve redução de valores que não seriam aplicados. O Sr. Emídio Fernandes  
162 questionou se a planilha que será anexada à resolução é a aba que trata dos recursos a  
163 serem executados, na qual não consta o Contrato de Gestão. A Sra. Claudia Magalhães  
164 informou que a primeira versão da planilha que foi enviada estava de acordo com a  
165 descrição do Plano de Trabalho, e que essa nova planilha mais descritiva, esmiuçando  
166 as despesas, era apenas para esclarecer dúvidas em relação às rubricas. Explicitou, ainda,  
167 que o Plano de Trabalho apresenta apenas o custo anual e o custo mensal estimado, ou  
168 seja, o anual dividido por doze. Porém, as dívidas não são detalhadamente amarradas  
169 mês a mês no Plano de Trabalho, pois são contas variáveis. O Sr. Emídio Fernandes  
170 informou que sua dúvida foi esclarecida, que é para apenas atentar a essa questão na  
171 resolução para utilização do recurso de projetos para custeio. O Sr. Francisco Guimarães  
172 pediu pra constar no Artigo 1º da resolução de qual projeto é oriundo o recurso que  
173 custeará a delegatária, solicitando que seja definida sua origem e destinação. A Sra.  
174 Margoth Cardoso informou que está explicado detalhadamente à origem do dinheiro no  
175 Parágrafo Primeiro do Art. 1 da resolução. O Sr. Luís Faulstich executou, então, o áudio  
176 com as considerações da Sra. Dalva Mansur, que informou considerar arriscada a  
177 situação e que, em sua opinião, o Consórcio deveria reduzir o salário e carga horária de  
178 seus funcionários, devido aos funcionários estarem em *home office*, reduzindo o valor  
179 que seria retirado do projeto conforme preconiza a MP nº 936/2020. O Sr. Eduardo  
180 Pimenta informou que considera arriscada a redução de carga horária e de salários, à  
181 medida que há precedentes e respaldo legal, não sendo essa uma boa opção. A Sra.  
182 Margoth Cardoso concordou com o Sr. Eduardo Pimenta, tendo em vista que o valor irá  
183 ser restituído, discordando da proposta da Sra. Dalva Mansur. O Sr. Leandro Coutinho  
184 concordou com as posições da Sra. Margoth Cardoso e Sr. Eduardo Pimenta, que como  
185 o dinheiro irá retornar para o local de origem, tem precedente e respaldo legal, não há  
186 necessidade de redução dos salários dos funcionários do CILSJ. O Sr. Arnaldo Villa  
187 Nova concordou que não há necessidade da redução dos salários. A Sra. Ana Paula  
188 informou que se não houvesse outra solução, a redução do salario seria viável.  
189 Entretanto, como há essa proposta da resolução CERHI nº 153/2016, também não  
190 considerou necessário à redução dos salários. A Sra. Débora Gonzaga se manifestou a  
191 favor. O Sr. Leandro Coutinho solicitou que, caso alguém quisesse se manifestar  
192 contrariamente a aprovação da resolução, utilizasse o *chat* para tal. O Sr. Eduardo



193 Pimenta sugeriu um tempo de manifestação. Assim sendo, seguiu-se para os assuntos  
194 gerais. O Sr. Leandro Coutinho iniciou falando da preocupação do Comitê com um  
195 atraso da dragagem da Lagoa de Araruama, processo que já estava adiantado, porém  
196 faltava o estudo de compatibilidade do sedimento, que teve a colaboração da  
197 Concessionária Águas de Juturnaíba, e a definição do “bota fora”. O Sr. Eduardo  
198 Pimenta complementou que todos esperam que o cenário atual não interfira nesse  
199 projeto de dragagem, até mesmo porque o Comitê se apresenta favorável ao aumento da  
200 rede separativa e a transposição do efluente da Estação da Praia do Siqueira e das  
201 demais regiões do centro de Cabo Frio para a Estação do Jardim Esperança. Sendo essas  
202 as três frentes em que o Comitê vem atuando, visando ganhos na saúde ambiental da  
203 Lagoa de Araruama. O Sr. Márcio Almeida questionou se há estudos de impacto  
204 ambiental para o desenvolvimento desse tipo de projeto de transposição e se o mesmo  
205 será disponibilizado, conforme a Lei, para dar prosseguimento a essa obra. Além disso,  
206 também inquiriu sobre o estudo da COPPE que a ser divulgado em abril, se houve  
207 prorrogação do prazo para apresentação do mesmo. O Sr. Eduardo Pimenta respondeu  
208 que, em seu entendimento, seja a curto, médio ou longo prazo, será essencial se buscar  
209 soluções alternativas para o descarte de efluentes, pois a Lagoa de Araruama não  
210 suporta receber mais lançamentos de esgotos, sejam eles tratados ou não. O Sr. Márcio  
211 Almeida alertou para a necessidade da elaboração de estudos de viabilidade e impacto  
212 ambiental e que o Comitê Lagos São João deve cobrar a construção desses estudos nos  
213 seus Termos de Referência. A Sra. Margoth Cardoso concordou que a realização de  
214 estudos é fundamental e que a Lagoa de Araruama não possui mais condições de  
215 suportar descarte de efluentes, porém informou haver um projeto da OAB que ficou  
216 entre os dez melhores projetos do país no ENCOB 2019, que traz uma solução para a  
217 situação da Lagoa que, em sua opinião, poderia ser considerado. O Sr. Márcio Almeida  
218 complementou que deveria ter sido realizado um estudo de impacto anterior que  
219 justificasse o motivo do corpo receptor ser a Lagoa de Araruama. Além disso, comentou  
220 que, ao ser realizada a transposição, o impacto irá ocorrer em outro rio, havendo  
221 necessidade de um estudo prévio desse novo corpo receptor. O Sr. Eduardo Pimenta  
222 concordou com a colocação, pois tendo em vista que a atividade e metabolismo humano  
223 geram esgoto como subproduto e esse precisa ser descartado em algum lugar, é  
224 necessário buscar soluções técnicas viáveis, de forma a evitar repetir erros já cometidos.  
225 Sr. Arnaldo Villa Nova comentou que essa questão demanda de longa data, e que não se  
226 pensa em tirar de um corpo receptor e prejudicar o outro. Explicou, então, que a Lagoa é  
227 um corpo receptor *sui generis*, apresentando teor de fosfato de, praticamente, zero e que  
228 hoje, ainda não existem formas de tratamento de esgoto que gere efluente com zero de  
229 fosfato. Portanto, é essencial que o corpo receptor desse esgoto tratado não seja a Lagoa  
230 de Araruama, considerando-se que há outros corpos receptores que não precisam do teor  
231 zero de fosfato, até mesmo porque para alguns, é normal ter esse teor de fosfato. Após o  
232 tratamento do esgoto, o mesmo se torna efluente tratado, rico em nitrogênio e fósforo,  
233 que é um problema para a Lagoa de Araruama, mas poderia ser benéfico para outro  
234 corpo hídrico. Elucidou, também, que geralmente um rio abastece a água da região que,  
235 depois de utilizada, vai para uma estação de tratamento de esgoto e é revertida para o  
236 mesmo rio. Como a água utilizada na região debatida vem do Rio São João, deveria ser  
237 devolvida ao mesmo. Porém, como seria muito caro bombear de volta a esse Rio e há  
238 outro corpo hídrico eutrofizado, com língua salina forte, para o qual seria positivo  
239 receber água doce. Em relação ao questionamento se há estudo de viabilidade de  
240 descarte na Bacia do Rio Una, informou que há um estudo que foi financiado pela

241 Prolagos, que estudou a viabilidade desse tipo de possibilidade que baseou uma série de  
242 decisões. Através de estudos realizados, concluiu-se que há viabilidade de descarte no  
243 Rio Una, mas havia problema com o volume da tubulação, que foi resolvida com  
244 recurso do Estado, por meio do FECAM, que visava deixar tudo preparado para mandar  
245 o volume de esgoto da margem direita para a ETE do Jardim Esperança, que não teria  
246 suporte para tal, sendo proposto, à época, uma *wetland*. Porém, o Sr. Arnaldo Villa  
247 Nova afirmou que a melhor solução seria uma ETE terciária que gerasse um efluente de  
248 boa qualidade a ser descartado no Rio Una, e ampliação da ETE do Jardim Esperança.  
249 Destacou que, atualmente, a Prolagos não deseja fazer essa transposição e que,  
250 provavelmente, o estudo da COPPE vai reforçar essa negativa. Propôs um documento  
251 cobrando a transposição, pressionando a Prolagos, colocando-se a disposição para a  
252 elaboração do documento e para realizar o envio o estudo da viabilidade. Comentou,  
253 também, que previa-se o investimento para 2014, que foi sendo prorrogado, não  
254 havendo até o ano atual, 2020, demonstração de não interesse da Prolagos em realizar  
255 essa transposição. Salientou, também, a necessidade de diluição do lodo gerado no  
256 entorno das ETEs, ou seja, que o efluente fosse descartado em corpos hídricos capazes  
257 de realizar essa diluição. Concluiu afirmando que a transposição já foi aprovada em  
258 2010 e o recurso foi investido; e reiterou que a sociedade civil tem que pressionar a  
259 Prolagos, pois a mesma está evitando realizar a transposição. O Sr. Eduardo Pimenta  
260 concordou com a fala do Sr. Arnaldo Villa Nova, que o Comitê deve pressionar a  
261 Prolagos a cumprir o que está estabelecido e aprovado. Sugeriu que Sr. Arnaldo Villa  
262 Nova pegasse todo esse histórico e passasse à Diretoria Colegiada, para que seja tratada  
263 em uma reunião extraordinária de plenária, para que seja tomada uma decisão coletiva  
264 do CBHLSJ. O Sr. Francisco Guimarães afirmou que, pelo que se recorda há época em  
265 que foi discutida a transposição, não foi realizado um Estudo e Relatório de Impacto  
266 Ambiental, falando do traçado e todos os impactos envolvidos. Porém foram realizados  
267 estudos sobre impactos sociais, levantamento das espécies do Rio Una e da Lagoa e um  
268 estudo prévio mostrando o traçado, sendo que esse último o Sr. Francisco Guimarães  
269 acredita não ter sido realizado. Reiterou a importância da melhoria da estação de  
270 tratamento de Jardim Esperança, tornando-a terciária e que o Comitê e o Consórcio  
271 pressione a Prolagos para a execução destas obras que estão atrasadas há anos. Além  
272 disso, solicitou a presença no INEA na CT Pesca e informou que pediu a Prolagos que  
273 apresente alguns estudos, sobre o canal hidráulico e o novo canal a oeste da laguna. O  
274 Sr. Luiz Teixeira (representante da Prefeitura de Cabo Frio) comentou que,  
275 constantemente, há vazamentos de esgoto na Praia do Siqueira e que não há medidas  
276 para a solução do problema. Ademais, informou os estudos relativos à dragagem estão  
277 sendo realizados, mas que não há prazo para o início da dragagem, principalmente  
278 considerando-se que parte do INEA e parte da Prefeitura Municipal encontra-se em  
279 *home office*. Comunicou que a Prefeitura de Cabo Frio contratou uma empresa para  
280 realizar o monitoramento em alguns pontos especificamente na Praia do Siqueira,  
281 visando acompanhar a evolução do despejo de esgoto no local. Esclareceu que a  
282 Prefeitura tem realizado ações em conjunto com a Prolagos e constantemente tem  
283 enviado fiscalização ao local. Nesse ponto, o Sr. Leandro Coutinho destacou que,  
284 conforme combinado anteriormente, foi dado um tempo para manifestações e que não houve  
285 nenhuma contrária a aprovação da resolução que trata da utilização dos recursos de projetos  
286 para o custeio da delegatária. Desta forma, a resolução foi aprovada. O Sr. Manildo Marcião  
287 abordou um estudo que está orientando um aluno, o Sr. Guilherme Mendes, no  
288 mestrado do IFF em engenharia ambiental. Informou que o Projeto já foi apresentado ao

289 Subcomitê do Rio Una e trata-se de um programa de monitoramento ecotoxicológico na  
290 bacia do Rio Una, com o objetivo de gerar informações que possam ser utilizadas pelos  
291 órgãos de gestão. Explicou que foram selecionados cinco pontos para o monitoramento  
292 e que já foram realizadas duas coletas, cujos resultados ainda estão em análise. Foram  
293 realizadas análises físico-químicas, ecotoxicológicas, para avaliar a genotoxicidade  
294 através do modelo de raiz de cebola, e a presença de cianobactérias. Havia previsão para  
295 realização de nova coleta que foi adiada devido à pandemia. Concluiu reiterando o  
296 interesse de apresentar o projeto à Plenária. A Sra. Margoth Cardoso reiterou a  
297 relevância do projeto por eles apresentado, pois traz uma proposta de melhor eficiência,  
298 sem que seja retirado o despejo de esgoto de um lugar para outro, podendo ser realizado  
299 um tratamento do esgoto e a recuperação da malha hídrica. O Sr. Márcio Almeida  
300 destacou a importância de uma melhor divulgação destes estudos realizados, que  
301 viabilizariam o surgimento de novas propostas. Além disso, outro problema observado é  
302 sobre o aporte de água doce dos rios que, segundo estudos que possui, esse aporte dos  
303 rios urbanos, especificamente de Iguaba Grande são maiores que os do ponto de  
304 lançamento da estação de tratamento. Elucidou que projeto por eles apresentado,  
305 também possibilita uma solução para isso, à medida que propõe uma revitalização dos  
306 rios urbanos. Desta forma, esse tipo de poluição que causa esse aporte e que acarreta o  
307 processo eutrofização, devido ao nitrogênio e fósforo e afirmou que a transposição não  
308 iria solucionar a problemática do aporte de água doce, não sendo a melhor solução  
309 atualmente. A Sra. Margoth Cardoso situou que não há impedimentos para que o projeto  
310 possa ser replicado em outros municípios. Explicou que a ideia do projeto é que a ETE  
311 seja modificada para uma *wetland* e a ligação seria realizada com os rios locais,  
312 revitalizando os rios da cidade que, atualmente, estão semelhantes à valões. O Sr.  
313 Márcio Almeida complementou que o projeto acarreta uma redução dos riscos de  
314 segurança operacional, em comparação as Estações de Tratamento, por não utilizar  
315 maquinário. A Sra. Amanda Barbosa, representante da Prolagos, esclareceu que os  
316 estudos discutidos foram concluídos, que pretendem apresentá-los ao Comitê e ao  
317 CILSJ quando melhorar a situação da pandemia. Informou que foi realizado um estudo  
318 de impacto da transposição para o Rio Una, pois o estudo realizado em 2010 já se  
319 encontrava desatualizado. O Sr. Eduardo Pimenta sugeriu que esses estudos fossem  
320 apresentados por meio de videoconferência, tendo em vista a relevância e urgência dos  
321 assuntos. A Sra. Amanda Barbosa comunicou que levará essa proposta a diretoria da  
322 Prolagos e que entrará em contato com o Comitê para realizar um agendamento. O Sr.  
323 Leandro Coutinho sugeriu que a OAB de Iguaba Grande também apresente a proposta  
324 do seu projeto. A Sra. Margoth Cardoso apoiou a ideia, informando estar à disposição  
325 para realizar essa apresentação. O Sr. Eduardo Pimenta reiterou a importância do  
326 encaminhamento à Prolagos de um documento para que se manifestem a respeito da  
327 transposição, haja vista que essa é uma discussão que se estende há anos. A Sra. Sandra  
328 Bárbara informou, representando a CT Saneamento, que foi solicitado as  
329 concessionárias, via ofício, um informe das obras não concluídas, que incluiriam a obra  
330 de transposição, podendo servir como embasamento para discussões futuras. O Sr. André  
331 Moreira (representante do Instituto Lagrange) sugeriu uma área adicional de dragagem,  
332 ainda pouco conhecida, que foi pensada em termos da interpretação de 10 anos de dados  
333 e outras observações. Segundo André Moreira, existem outras áreas relevantes para  
334 serem dragadas na Lagoa de Araruama além da que foi anteriormente proposta.  
335 Que a ideia de abrir um canal até o mar pela Praia Seca embora a princípio pareça  
336 viável, não funcionaria por 2 motivos básicos: 1) a comunicação seria pela enseada

337 que é mais rasa e semi-obstruída por esporão , dificultando a circulação pela  
338 totalidade da lagoa e 2) as correntes marinhas assoreariam esse canal rapidamente  
339 inutilizando-o para o propósito que teria. Ainda recomendo que estudos sobre dragagens  
340 e seus acompanhamentos sejam feitos por pessoal profissional da área e com  
341 experiência em projetos e acompanhamento de dragagens. Isso é tarefa precipuamente  
342 do estado, destacou o representante do Instituto Lagrange. Não havendo nenhum outro  
343 assunto a ser tratado, o Sr. Leandro Coutinho encerrou a reunião agradecendo a  
344 presença de todos. Deste modo, eu, Jéssica Cavalcante Berbat, lavro a presente Ata,  
345 para que, depois de lida, aprovada pelos membros do Comitê de Bacia Hidrográfica  
346 Lagos São João e assinada pelo Presidente do Comitê de Bacia Hidrográfica Lagos São  
347 João, produza seus efeitos legais. São Pedro da Aldeia, 15 de maio de 2020.  
348



**LEANDRO COUTINHO DE MATTOS**

Presidente do CBH Lagos São João